

A Interface entre Educação Popular em Saúde e Práticas Integrativas e Complementares

Matielo, Etel¹
Fonseca Ventura dos Santos, Andrea²
Peralta Bonetti, Osvaldo³
Barros e Barros, Julimar de Fátima⁴

¹ Ministério da Saúde, Brasília, Brasil, etelmatiello@gmail.com

² Câmara dos Deputados, Brasília, Brasil, País, andrea_ventura04@yahoo.com.br

³ Ministério da Saúde, Brasília, Brasil, obonettibr@yahoo.com.br

⁴ Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, julimar_barros@hotmail.com

Resumo: A Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) propõe metodologias e tecnologias para o fortalecimento do SUS. É uma prática voltada para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde a partir do diálogo entre a diversidade de saberes, valorizando os saberes populares, a ancestralidade, a produção de conhecimentos e a inserção destes no SUS. Este Artigo se propõe em refletir sobre as interfaces e ações de fortalecimento para a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS) e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPICS).

Palavras chave: Educação Popular em Saúde, Práticas Integrativas e Complementares.

I. INTRODUÇÃO

A PNEPS-SUS é resultado de uma grande organização e mobilização de diferentes atores sociais que atuam na perspectiva da educação popular em saúde e defesa do SUS e da Democracia. No caminho institucional para aprovação da PNEPS alguns marcos merecem destaque: em 2009 Institui-se o Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS), por meio da Portaria MS/GM nº 1.256 de 17 de junho de 2009; Posteriormente, após realização de Seminários em todas regiões do Brasil a PNEPS foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e pactuada na Comissão Intergestores Tripartite e instituída por meio da Portaria MS/GM nº 2.761 de 19 de novembro de 2013. Após quatro anos de sua institucionalização em 30 de março de 2017 é Publicada a RESOLUÇÃO Nº 15, que dispõe sobre o Plano Operativo para implementação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

O Objetivo Geral da PNEPS é implementar a Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS, contribuindo com a participação popular, com a gestão participativa, o controle social, o cuidado, a formação e as práticas educativas em saúde.

A EPS propõe ações em eixos estratégicos, destacando-se o eixo do Cuidado em Saúde. Neste sentido, a PNEPS - SUS busca refletir a compreensão ampliada do cuidado em saúde, reforçar o reconhecimento e a convivência dos modos populares de pensar, fazer e gerir a saúde, promovendo o encontro e diálogo destes com os serviços e ações de saúde. Também propõem a integração entre os saberes técnico-científicos e populares na perspectiva de construção de novos conhecimentos e práticas relacionados com o modo de cuidar dos diferentes sujeitos e culturas que constroem os territórios de saúde.

As práticas e as metodologias da Educação Popular em Saúde (EPS) possibilitam o diálogo entre trabalhadores e usuários, entre as equipes de saúde e os espaços das práticas populares de cuidado, entre o cotidiano dos conselhos e dos movimentos populares, ressignificando saberes e práticas.

Por sua vez, as práticas integrativas e complementares buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. Em seu campo contemplam-se sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, os quais são também denominados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de Medicina Tradicional e Complementar/Alternativa (MT/MCA). Tais sistemas e recursos envolvem abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS foi publicada na forma das portarias ministeriais nº 971, de 3 de maio de 2006, e nº 1.600, de 17 de julho de 2006 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

II. DESENVOLVIMENTO

Alguns dos princípios da Educação Popular em Saúde colaboram na implementação da PNPICS destacando-se Diálogo entre a diversidade de saberes; Amorosidade; Problematização; Emancipação; Valorização dos saberes populares; Construção compartilhada do conhecimento.

Entre as ações estratégicas no campo da Educação Popular em Saúde que fortalecem as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde destacam-se:

- Plano Operativo para implementação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde – que contem entre as ações do Eixo Cuidado em Saúde articular as Práticas Populares e Tradicionais de Cuidado, bem como seus espaços, com a Rede de Atenção à Saúde no SUS e promover a articulação intra e intersetorial nas três esferas de gestão, visando a valorização e o reconhecimento das práticas populares de cuidado em saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

- Programa de Qualificação em Educação Popular em Saúde – EdPopSUS – trás em seu Eixo VI a discussão sobre território, processo saúde-doença e as práticas de cuidado, e busca, nesta perspectiva, potencializar e fortalecer as práticas integrativas existentes localmente;

- Trabalho integrado entre as instâncias do Ministério da Saúde que atuam com Educação Popular em Saúde e Práticas Integrativas e Complementares;

- Comissão Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – CIPPSPICS: Tem como finalidade de assessorar o Conselho Nacional de Saúde garantindo bom desempenho na formulação e proposição de estratégias no que tange as práticas integrativas e complementares, tornando disponíveis opções preventivas e terapêuticas aos usuários do SUS e, por conseguinte, aumentando o acesso.

Já no campo das atividades relacionadas à educação popular em saúde que dialogam com a PNPICS as Tendas de Educação Popular em saúde são espaços potentes pois fortalecem a participação popular e a sua concepção dialógica e tem se configurado como espaços inovadores no contexto dos eventos da área da saúde. Congregam teoria e a prática, na construção de metodologias participativas e problematizadoras, como as rodas de conversa, que de forma horizontal promovem o debate e a construção do saber referenciadas na cultura popular. Potencializam a construção compartilhada entre seus atores desde sua formulação, promovendo assim a visibilidade das ações e práticas de EPS e a articulação destas com espaços da gestão, do cuidado e da formação em saúde.

A construção de espaços de EPS e PICS em conjunto com movimentos sociais e Universidades na Universidade Federal de Sergipe, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal de Alagoas, além de espaços de educação popular nas Unidades Básicas de Saúde materializam a interrelação entre os dois campos.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as ações decorrentes das políticas nacionais voltadas à integração das práticas integrativas e complementares no SUS, principalmente quando se utilizam plantas medicinais e derivados como re-

curso terapêutico, perpassam pelo entendimento e valorização da multiculturalidade e interculturalidade, por gestores e profissionais de saúde, em busca da equidade e integralidade da atenção em saúde.

Sendo assim, fortalecer as práticas integrativas e populares de cuidado implica apoiar sua sustentabilidade, sistematização, visibilidade e comunicação, no intuito de socializar tecnologias e perspectivas integrativas, bem como, aprimorar sua articulação com o SUS.

REFERENCIAS

- (1) MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017. RESOLUÇÃO Nº 11, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2017/res0011_17_01_2017_rep.html. Acessado em 13 de janeiro de 2018.
- (2) BRASIL, 2015. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 96 p. : il.